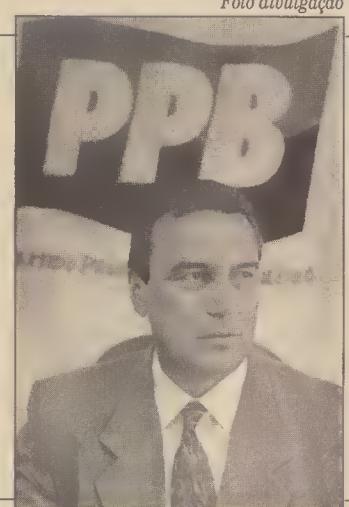


Foto divulgação

Celso Bernardi dá continuidade à série de entrevistas com os pré-candidatos ao governo gaúcho. O presidente do PPB gaúcho afirma que o Estado já está enxuto o suficiente. É hora de prestar serviço à população.



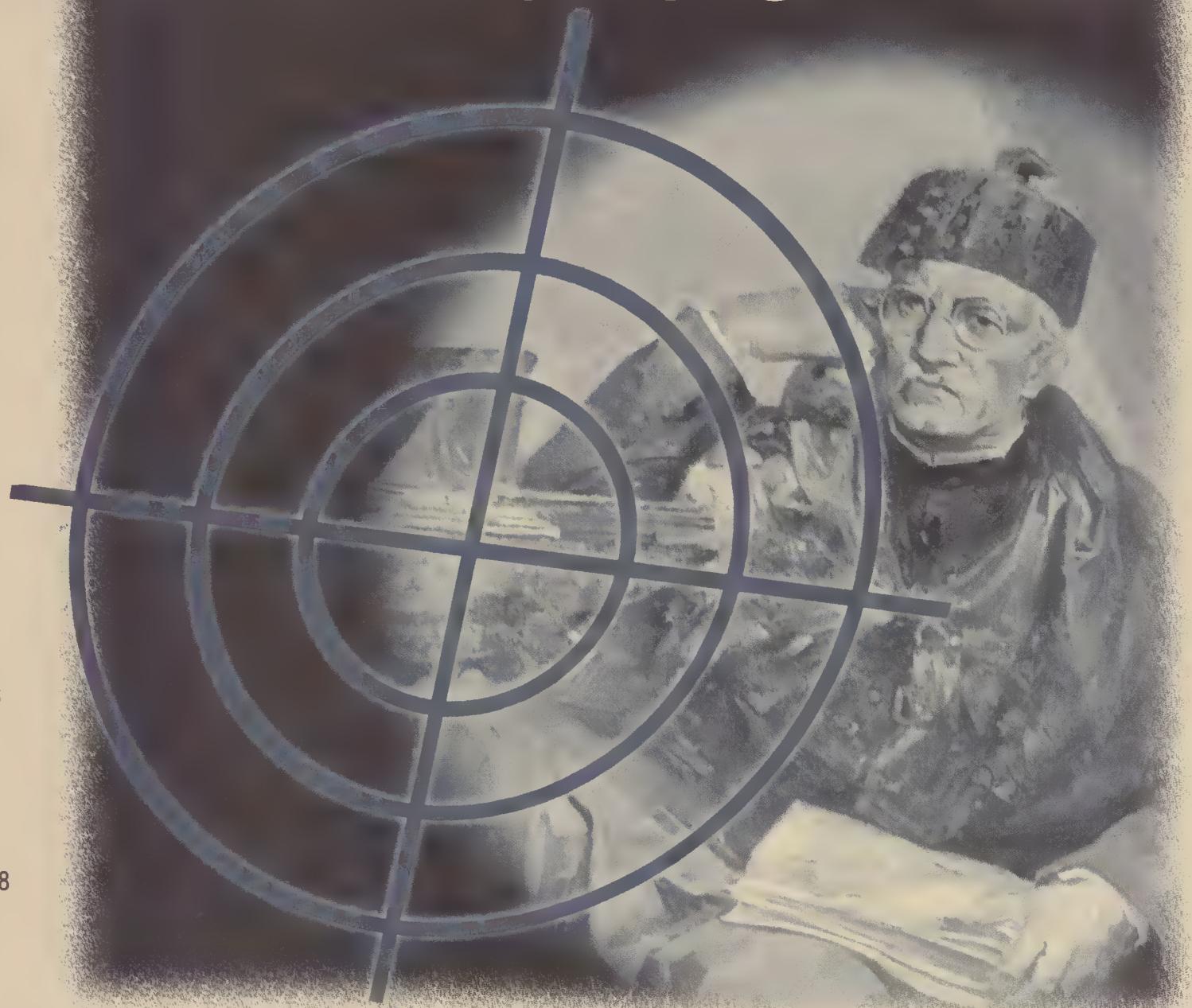
Manipulação eletrônica sobre foto de mural de Aldo Locatelli

Sob a mira do PID

O XVII Congresso do Andes-SN, realizado em Porto Alegre, encerrou-se com a notícia do Programa de Incentivo à Docência (PID), criado pelo governo federal e considerado um presente de grego pelos professores universitários.

Em meio à disputa eleitoral, os docentes decidiram que a saída pode estar na paralisação.

Páginas 6, 7 e 8



Pág. 3

Ondas universitárias
Adufrgs finca nova bandeira na Internet oferecendo provedor exclusivo para os seus associados

Pág. 4

Pacote embrulhado
Deputados federais Delfim Netto e Paulo Bernardo analisam o efeito recessivo do pacote fiscal do governo

Pág. 5

Cometando poesia
O astrônomo Ronaldo de Freitas Mourão aprecia cometas na obra de Gregório de Matos

O ministro e suas bolsas

Ilustração Gilmar Fraga



Como todas as demais categorias do funcionalismo público federal, também os professores das universidades federais estão sem revisão de vencimentos há mais de três anos, num processo de esvaziamento dessas instituições que já começa a comprometer a sua qualidade de ensino e os seus parâmetros de excelência atingidos nos últimos anos, a custa de muito esforço. Reconhecendo esta defasagem salarial, em relação especialmente às universidades particulares que têm absorvido a evasão dos docentes aposentados, o Senhor Ministro da Educação vinha prometendo uma reposição salarial, que compesasse as perdas passadas.

Em reunião com a diretoria da Adufrgs, no início de novembro, quando esteve em Porto Alegre para anunciar a concessão de mais de 100 milhões de reais para seis universidades privadas do RS, o Ministro afirmou que tal reajuste, cujos estudos já estariam em fase avançada, estaria atrasado em razão do pacote econômico decorrente da chamada crise asiática, mas que tão logo a situação econômica se estabilizasse o assunto, voltaria à pauta.

Pois Foi com muita surpresa que em pleno XVII Congresso Nacional do Andes, realizado de 6 a 11 de fevereiro de Porto Alegre, seus participantes tomaram conhecimento da última trapalhada ministerial, anunciando um Programa de Estímulo ao Ensino de Graduação, na forma de bolsas, pelo período de dois anos, renováveis por mais um, para apenas uma parte dos docentes que não chega sequer à metade dos quadros da IFES, desconsiderando totalmente os professores aposentados,

que passam, assim, para o arquivo morto da História. O Programa assim anunciado, além de tentar substituir o esperado aumento salarial, ainda joga a responsabilidade pela escolha dos "agraciados" a serem contemplados com as bolsas em cima dos dirigentes das IFES, que para tanto terão que compor comissões especiais com essa finalidade gerando, é óbvio, descontentamentos e divisões nos departamentos por parte daqueles que não forem contemplados.

Bastante estranhável, também é a ausência de qualquer explicação para a origem dos recursos que deverão custear o famigerado Programa. Ocorre que, em dezembro último, foi anunciado um drástico corte em todo o programa de bolsas de pesquisas e de pós-graduação, comprometendo um trabalho que vinha sendo desenvolvido ao longo dos anos e que ameaçava colocar o País numa posição privilegiada no setor, em escala mundial.

Agora, parece, foram atingidos dois objetivos com apenas uma medida: diminuir nosso potencial de pesquisa, colocando-o em nível dos países periféricos - "Ai! Esta terra ainda vai cumprir seu ideal..." -, sem grandes desperdícios de recursos que possam comprometer, por exemplo, o pagamento de juros e, por outro lado, incentivar, nas IFES, a mera formação de recursos humanos, num "escolão" de Terceiro Grau, tudo dentro do melhor receituário do Banco Mundial. Resta aos docentes a resignação que tem nos acompanhado há tanto tempo, ou a coragem da reação, característica dos que já não têm mais nada a perder e que podem, pelo menos, resgatar a dignidade.

OBSERVATÓRIO

PNE com a cara da oposição

Brasília — Cerca de 60 deputados federais da oposição deram entrada junto à Mesa da Câmara dos Deputados, no último dia 10 de fevereiro, a um projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para um período de 10 anos. O texto do documento apresentado materializa as conclusões do II Congresso Nacional de Educação (Coned), que reuniu cinco mil educadores de todo o país em Belo Horizonte, entre os dias 6 e 9 de novembro do ano passado.

Segundo o deputado Ivan Valente (PT-SP), um dos articuladores da proposta, o projeto final é abrangente. "Ele contém um diagnóstico amplo da situação da educação nacional, trabalha de forma precisa a questão do financiamento da educação, assim como a gestão democrática do ensino", considera.

Com o protocolo do PNE, o bloco de oposição sai na frente do MEC, que tinha o prazo até 23 de dezembro passado para enviar sua sugestão. Valente diz que agora o projeto do governo federal terá de tramitar atrás da proposta da oposição, que possui prioridade em meio ao grande volume de trabalhos da Casa.

Ex-reitor coordenará Cipedes

Porto Alegre — O ex-reitor da Ufrgs, Hélio Trindade, foi convidado para coordenar o Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento do Ensino Superior (Cipedes), um projeto da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (Raies). O Cipedes será um centro virtual que estabelecerá uma rede de contatos, via Internet, entre pesquisadores brasileiros e de outros países. O principal meio de difusão da produção dos pesquisadores associados será a revista Avaliação, veículo da Raies. Entre as atividades do Cipedes estão: debate de temas específicos, elaboração e discussão de *working papers* e projetos de pesquisa.

Mais cortes

Brasília — A lista com os nomes dos integrantes das comissões de especialistas que vão elaborar as diretrizes básicas para os cursos de graduação deverá ser submetida ao ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, na primeira quinzena de março. Se ela for homologada, voltará para a Secretaria de Ensino Superior (Sesu), a quem cabe a função de preparar o ato de nomeação que será publicado no Diário Oficial da União. A lista inicial proposta pela Sesu foi avaliada na última reunião da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, entre os dias 16 e 18 de fevereiro. Mais de 50% dos nomes indicados foram mudados.

Um dos cursos que mais sofreu alterações foi o de Pedagogia. Dos cinco nomes propostos, apenas um foi confirmado pela Câmara. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece que os integrantes das comissões devam discutir com a sociedade as diretrizes curriculares para cada um dos cursos de graduação existente no país. A idéia inicial, que deverá ser colocada em prática por eles, é a redução de cerca de 50% das disciplinas comuns a todas as instituições. Eles também terão autoridade para realizar vistorias nas instituições.

Aposentados voltam à ativa

Porto Alegre — A luta dos professores aposentados da Ufrgs continua a partir deste mês. No dia 11 de março, às 9h30min, o GT-Aposentados da Adufrgs realiza sua primeira reunião de 1998. Segundo o coordenador do GT, Lúcio Hagemann, o retorno inclui a pauta de reinício das atividades específicas e a retomada da luta pela Reforma da Previdência. O encontro será na sede da entidade (Rua Otávio Corrêa, 45).

QUESTIONÁRIO AD

Entrevista com Nalú Farenzena / Fac. de Educação – Ufrgs

O novo plano de carreira do Magistério gaúcho

O governo do Estado diz que o novo Plano de Carreira vai privilegiar o ensino. Pelo textos dos projetos aprovados, de que forma isso se dará?

Os educadores do país há muito defendem o Plano de Carreira do magistério como instrumento de profissionalização que tem, no seu horizonte, o objetivo de contribuir para a qualidade da Educação escolar. Assim, o concurso público de provas e títulos e os parâmetros de localização e ascensão na carreira, entre outros, são elementos constitutivos do caráter público e objetivo da profissão mas, para além da burocracia, também afirmam seu caráter democrático. No novo Plano de Carreira do Magistério Público Estadual nomeiam-se, como princípios básicos, a qualificação, a dedicação e valorização dos profissionais de educação e, no seu artigo 2º, são enumeradas as condições genéricas para atender a estes princípios, muitas delas reivindicações históricas do movimento docente e determinações da atual legislação educacional. Resumidamente, essas condições se centram na remuneração, formação/capacitação, ingresso/ascensão na carreira, e objetivos/meios do trabalho dos profissionais. Combinando-se os demais artigos do Plano e aqueles da lei de Municipalização do Ensino aparecem, entretanto, os limites da efetivação daqueles princípios e que podem comprometer o caráter público, de profissionalização e democrático referidos, dos quais pode-se destacar: a previsão de contratações temporárias; o privilégio à carga horária parcial de trabalho semanal; o excesso de descrição das atribuições dos profissionais frente à escassez de mecanismos para a capacitação e valorização dos mesmos; uma visão "produtivista" do trabalho docente, com a previsão de prêmios de produtividade do ensino, baixa diferença percentual entre os níveis de titulação da carreira; a vinculação da remuneração a um custo/aluno que é calculado apenas em função dos escassos recursos financeiros disponíveis e não dos objetivos de expansão e

qualificação do ensino. **Centrar o foco na titulação do corpo docente, sem modificação de currículo e alteração da sistemática de avaliação é suficiente para se chegar à qualificação do ensino público?**

Mesmo que se coloque a exigência de que todos os profissionais possuam habilitação de nível superior, até o final da década da educação (2007), as diferenças percentuais de remuneração entre aqueles que possuem Licenciatura Plena e aqueles que possuem Pós-Graduação chegam, no máximo, a 50%. Na realidade, a modificação das práticas pedagógicas é complexa e para ela concorrem múltiplos fatores dos quais, sem dúvida, a formação inicial, a capacitação e a valorização dos docentes é essencial. Um plano de carreira pode ser um dos instrumentos que viabilize essas condições – mas penso que o novo Plano privilegia outros pressupostos.

Quais serão os efeitos colaterais das novas regras do plano sobre os profissionais?

Acho que são preocupantes as expectativas e o sentimento de frustração por parte do Magistério que, mais uma vez, se viu alijado do processo de discussão e definição de regras que dizem respeito à sua vida profissional, ao que se somam perspectivas limitadas de racionalização, mas não de alteração significativa, dos níveis de remuneração. Os elementos destacados no final da primeira resposta nos levam a pensar nas consequências das novas normas para a qualidade do ensino, mas gostaria de destacar mais esse aspecto de elaboração apressada e de ausência da elaboração democrática, que seria muito mais pedagógica, uma vez que a participação no processo poderia resultar num texto com outros fundamentos e com maiores perspectivas de acompanhamento e aperfeiçoamento por parte do próprio magistério.

Internautas da Adufrgs, uni-vos!

Se navegar na Internet cada dia se torna mais indispensável para a manutenção de uma bem informada vida acadêmica, ter um serviço acessível e exclusivo pode fazer diferença. A partir do dia 16 de março, a Adufrgs, juntamente com o Centro de Processamento de Dados (CPD) da Ufrgs, estará disponibilizando um provedor de acesso à Internet, aberto a todos os seus associados.

Para usufruir das ondas universitárias, o futuro navegador deve dispor de um computador pessoal, um modem e uma linha telefônica. O professor do Instituto de Informática, Ricardo Jacobi, sugere aos interessados que desejam adquirir um modem, consultar primeiro os técnicos do CPD para serem orientados quanto ao modelo mais adequado.

Um dos grandes diferenciais do serviço prestado pela Adufrgs/CPD será o custo re-



Brasilianas

Freio na reforma do Código Penal

Três dos sete membros da comissão formada pelo Ministério da Justiça para analisar a proposta de reforma do Código Penal acham que a pressa é inimiga da perfeição. Eles entendem que é melhor estender o prazo de terminado para o final dos trabalhos (90 dias), sob pena de a velocidade tornar a legislação imperfeita.

Um dos medos do professor Juarez Tavares é que, além da correria de última hora, certas importações de novidades possam ser paradoxais em relação à tradição jurídica e realidade social do Brasil. Para o professor titular de direito penal René Ariel Dotti, na reforma em um código que está em vigor desde 1942 "não podem ser tomadas decisões conjunturais". O ministro da Justiça, Iris Rezende, quer tudo pronto até 16 de março.

Aumentos preocupam deputados

Bastou as manchetes dos jornais estamparem o esperado para que os deputados federais voltassem a bater forte na ameaça de perda da estabilidade econômica. Os aumentos do déficit público e das taxas de juros foram motivo de discursos na última sessão da Câmara, em fevereiro. Para o deputado Jofran Frejat (PPB-DF), "juros estratosféricos" só aumentam o desemprego. Segundo ele, existem hoje 16 milhões de desempregados que movimentam R\$ 300 bilhões por ano na economia informal, livre de impostos e tributos.

A deputada Maria Laura (PT-DF) não entende como pode haver um "aumento astronômico" da dívida pública, mesmo com o arrocho salarial dos servidores. "O governo nos deve explicações sobre as razões do déficit", cobrou a parlamentar. O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) vem pedindo medidas que baixem os juros, a fim de evitar perdas na competitividade da indústria.

Mais um Estado

Continua tramitando na Câmara dos Deputados o projeto de lei que cria o Estado de São Francisco com desmembramento de territórios pertencentes à Bahia, Goiás e Pernambuco. Apresentado pelo deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), o texto vem sendo combatido principalmente por parlamentares baianos. Na concepção do deputado, a terra de Jorge Amado deveria perder a maior parte de seu espaço em relação às demais áreas que seriam anexadas. O projeto não é original. Em uma legislatura anterior, o ex-deputado Fernando Gomes havia apresentado um projeto semelhante, que criaria o Estado de Santa Cruz.

Falta sentida

O presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Domingos Travesso, enviou ofício aos organizadores do XVII Congresso do Andes-SN agradecendo o convite e lamentando não ter comparecido ao evento. De acordo com o documento, Travesso ficou impossibilitado de estar em Porto Alegre na data da abertura do congresso porque no mesmo dia estava sendo recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, em São Paulo.

Dívida pública dobra com FHC

Em três anos de governo FHC, União, estados e municípios passaram a dever duas vezes o que deviam na posse do presidente. Em 1995, o débito era de R\$ 153,163 bilhões. Ao final do ano passado, a dívida estava em R\$ 306,494 bilhões. De acordo com os jornais, o crescimento se explica pela altas dos juros durante a crise mexicana de 95 e pelo socorro da União a estados, bancos e agricultores. As despesas públicas em 97 ainda superaram as receitas em R\$ 5,998 bilhões.



DITOS & PITOS

“A duração de um filme deveria ser medida pela capacidade de tolerância da bexiga humana.”

sir Alfred Hitchcock, cineasta anglo-americano (1899-1980)

“Não há fatos, só interpretações.”

Friedrich Nietzsche, filósofo alemão (1844-1900)

“No Brasil, homem público é o masculino de mulher pública.”

Ziraldo Alves Pinto, cartunista e humorista brasileiro, autor de “O Menino Maluquinho” (1932)

DUPLA FACE

O pacote fiscal anunciado pelo governo promete repercutir negativamente na economia no primeiro semestre do ano. Ele poderá gerar recessão?

Delfim Netto / Deputado Federal (PPB-SP)

O difícil ajuste

A direção das medidas contidas no pacote "51" é nitidamente recessiva, pois sua gênese está na necessidade de reduzir o ritmo da atividade econômica para evitar o desastre cambial. Antes mesmo do pacote, a brutal elevação das taxas de juros apontava na mesma direção. A economia pode não chegar à situação extrema de uma recessão – tecnicamente definida com dois trimestres seguidos de crescimento negativo – mas não há dúvida que teremos um semestre de queda no nível da atividade e, portanto, sem esperanças de melhoria nas condições de oferta de emprego.

Nesses três anos de Plano Real, o governo permaneceu indiferente aos avisos que sua política cambial estava construindo uma armadilha que impediria o crescimento da economia. Permitiu que no último ano acumulássemos um déficit em conta corrente de US\$ 33,8 bilhões, que é o segundo maior do mundo, só perdendo para o déficit de US\$ 170 bilhões dos Estados Unidos. Entrou em pânico diante da perturbação nos mercados asiáticos e correu atrás do prejuízo, emitindo uma conta salgada que terá que ser paga pelo cidadão-trabalhador brasileiro por todo este ano, enquanto o governo ganha tempo na expectativa que a crise externa não se agrave.

Só há um lado menos desagradável no pacote: a crise levou o governo a mudar radicalmente o diagnóstico e o discurso. Essa mudança é notável em dois aspectos:

1. Em lugar de continuar apoiando a absurda "teologia econômica" que afirma que "a valorização gera a produtividade", o Governo passou à boa teoria, que sugere que a produtividade é construída

lentamente pela abertura comercial e pela concessão aos trabalhadores e empresários nacionais de condições isonômicas de competição;

2. Em lugar da fantasiosa idéia que no mundo globalizado "não existe mais restrição externa" porque os capitais se movimentam livremente e sempre existe um número suficiente de pacópios para financiar qualquer déficit em conta corrente, o Governo passou a reconhecer que a qualidade do déficit depende do seu uso (se para consumo ou investimento) e que existe um limite para a relação do passivo externo líquido com relação ao PIB.

Trata-se de um avanço qualitativo importante e que poderá nos colocar de volta no caminho do desenvolvimento – sem sacrificar a estabilidade – tão logo a situação externa nos permita eliminar a armadilha produzida pela valorização cambial. A "nova política" explicita a idéia que "a exportação é a salvação", dando um bom suporte ao setor exportador com subsídios (seguro, agência de aval, ampliação dos adiantamentos de contrato de câmbio, ampliação do crédito, apelo às pequenas e médias empresas).

Por outro lado, a imensa taxa de juros real impõe à sociedade para sustentar a equivocada política cambial terá como consequência uma redução do ritmo do nosso crescimento, o que terá efeitos importantes sobre as importações. É legítimo, portanto, esperar alguma redução do déficit comercial por uma ampliação das exportações e uma redução das importações. Mas há algumas dúvidas.

Dentro de certos limites existe uma relação importante entre "preço" e "qualidade", que se deterio-

ra rapidamente. Estabelecido o padrão mínimo de qualidade, as exportações de manufaturados dependem, basicamente, da comparação entre os preços dos nossos produtos e dos nossos competidores. Este é um ponto importante: o que determina a capacidade de competição do país não é apenas a relação entre sua taxa de câmbio e a do país importador, mas entre aquela taxa de câmbio e a dos concorrentes com relação ao mercado comprador. Assim, por exemplo, se compararmos a 3ª semana de novembro de 1997 com a homóloga de 1996, a moeda brasileira desvalorizou-se 5,2% com relação ao dólar. O problema é que as moedas da Europa desvalorizaram-se 13,5%, a do Japão 12,3% e a dos ex-tigres asiáticos mais de 30%.

O que significa isso? Que o exportador brasileiro de calçados, por exemplo, terá maior dificuldade de competir (dada uma particular qualidade) com os italianos, espanhóis ou coreanos nos mercados europeus e americanos; que nossos exportadores de frangos terão uma competição ainda mais dura com os franceses e asiáticos. O governo argentino, por exemplo, já anunciou que vai proteger suas indústrias de calçados, brinquedos, eletrônicos e autopartes de competição asiática.

É possível – ainda que não seja seguro –, que o imenso sacrifício imposto ao setor privado (com tributação e juros) dê ao Governo o tempo necessário para realizar o ajuste. Mas é também evidente a impossibilidade de manter o câmbio fixo quando todas as moedas flutuam, porque todo o ajuste seria feito sobre a economia brasileira.

Paulo Bernardo / Deputado Federal (PT-PR)

Pacotão recessivo

Para enfrentar a crise das bolsas e a deterioração das nossas contas externas, responsáveis por um cenário de absoluta desconfiança em relação ao Plano Real, o Banco Central, em outubro do ano passado, adotou várias medidas de proteção à moeda. Entre elas, e a de maior impacto, a elevação das taxas de juros para conter a debandada do capital especulativo.

Tal medida só teria sucesso se o mercado acreditasse que estas taxas poderiam ser sustentadas por um período mais longo do que um ou dois meses. Ou seja, que haveria dinheiro para pagar os novos encargos financeiros sem aumentar o endividamento e, a médio prazo, reordenar as finanças públicas.

Lançou-se mão, então, da velha alternativa dos pacotes fiscais. Um conjunto de medidas, de cunho bastante contracionista, foi apresentado à sociedade. Ao lado da pretensão de forte contenção dos gastos públicos, o governo elevou impostos e tarifas, com efeitos adversos sobre o nível de atividade econômica e emprego. O objetivo era conseguir recursos extras para atender ao explosivo aumento da conta de juros que com o aumento das taxas, saltou de R\$ 21 bilhões para mais de R\$ 35 bilhões de desembol-

so líquido, em 1998.

As medidas fiscais divulgadas não fizeram outra coisa senão transferir para o setor público renda do setor privado. Medidas dessa natureza elevam a carga tributária e reforçam os efeitos negativos do aumento dos juros na economia. As próprias autoridades do governo na área econômica admitem que a taxa de crescimento do PIB, em 1998, será de 2%, metade, portanto, do previsto na proposta orçamentária que o Governo enviou ao Congresso Nacional, em agosto do ano passado.

O pacote tem efeitos perversos. A atividade econômica está quase parando e o desemprego aumentando violentamente. O governo de FHC garantiu aos detentores do capital financeiro que seus ganhos não seriam ameaçados. O povo foi o fiador compulsório desse ato. A lógica que domina o modelo econômico brasileiro, na forma de forte abertura comercial, câmbio valorizado e elevada rentabilidade de ativos, está sendo mantida a qualquer preço.

Até quando pagaremos o preço superfaturado da estabilização econômica? O governo comprometeu-se em não cortar despesas na área social. Entretanto, já na edição do pacote fiscal, reduziu gastos

com benefícios para idosos carentes e reduziu o orçamento para bolsas de estudo. Agora, continua não liberando dinheiro para áreas essenciais, chegando ao cúmulo de não executar o orçamento do programa de combate à dengue, alegando trâmites burocráticos.

Realmente as medidas adotadas foram e estão sendo duras, como anunciou o presidente Fernando Henrique, na edição do pacote. Esqueceu, entretanto, de esclarecer que as medidas seriam duras para o assalariado, para o consumidor, para a classe média e para o setor produtivo voltado para o mercado interno. Estavam a salvo a elite brasileira e os especuladores financeiros.

Todo este fardo recessivo não está, no entanto, assegurando a vida do Real. A situação do mercado asiático e a instabilidade da economia mundial não permitem salvar a moeda com essas medidas e dessa forma. Rezemos para que a equipe econômica não acabe por concluir que o que atrapalha o seu Plano de Estabilização são as manias rudimentares da população de comer, vestir, morar, ter saúde, educação, etc. Pois, o próximo pacote não terá efeito recessivo mas, sim, genocida.



Ronaldo de Freitas Mourão / Astrônomo e membro honorário do Inst. Histórico Geográfico do Brasil

Os cometas de Gregório de Matos

Há 360 anos, mais exatamente em 20 de dezembro de 1636, nasceu Gregório de Matos Guerra que foi batizado como João (o nome Gregório foi escolhido por ele mesmo). Como doutor em Leis por Coimbra, foi magistrado em Lisboa e advogado na Bahia, para onde teria voltado em 1681 ou 1682. Pelo desagrado que despertou sua poesia satírica, acabou degredado em Angola, de onde mais tarde retornaria ao Brasil. Em seu retorno fixou-se na cidade de Recife.

Em sua obra encontramos quatro poemas em que descreve a aparição de cometas. Em dois deles existem referências aos anos em que o cometa foi visto: 1688 e 1689. Numa primeira idéia, poderíamos pensar que se trata do mesmo cometa, atribuindo-se a divergência entre as duas datas a um engano de transcrição. Na realidade, entretanto, em cada um desses anos foi visível, na Bahia, um cometa de brilho e cauda excepcionais, o que destrói completamente a possível afirmativa de que os poemas falam de um mesmo cometa.

O cometa de 1686, que está relacionado, segundo os escritos de Gregório de Matos, aos sebastianistas, foi descoberto em 15 de agosto daquele ano no Brasil. Além de ter aparecido com o brilho equivalente ao de uma estrela de primeira magnitude, possuía uma cauda de 18 graus, como observou o padre jesuíta Richaud, na cidade do Pará (hoje Belém), entre os dias 7 e 15 de setembro. Na Alemanha, foi observado de 16 a 22 de setembro, por Christoph Arnold (1650-1695) - "camponês inteligente na teoria e perito na prática de Astronomia", para usar a expressão do astrônomo francês Alexandre Guy Pingré (1711-1796) -, que na cidade de Sommerfeld, próximo à cidade de Leipzig, registrou-o como um astro de primeira magnitude e uma cauda de segunda magnitude. Em 18 e 19 de setembro, o astrônomo alemão Gottfried Kirch (1639-1710) descreveu-o com brilho e cor equivalente ao da estrela Delta do Leão, cuja magnitude é de 2,6. As últimas observações foram efetuadas em 22 de outubro. O astrônomo inglês Edmundo Halley calculou uma órbita para o cometa, embora a mais recente seja de autoria do astrônomo inglês John Russell Hind (1823-1895).

Tal cometa está descrito com muita propriedade por Gregório de Matos, que ironiza as crenças astrológicas da época nesses versos:

"Se é estéril, e fomes dá o cometa

Não fica no Brasil viva criatura,
Mas ensina do juízo a Escritura,
Cometa não o dar senão Trombeta.

Não creio que tais fomes nos prometa
Uma estrela barbada em tanta altura
Prometerá talvez, e porventura
Matar quatro saíões e imperialeta

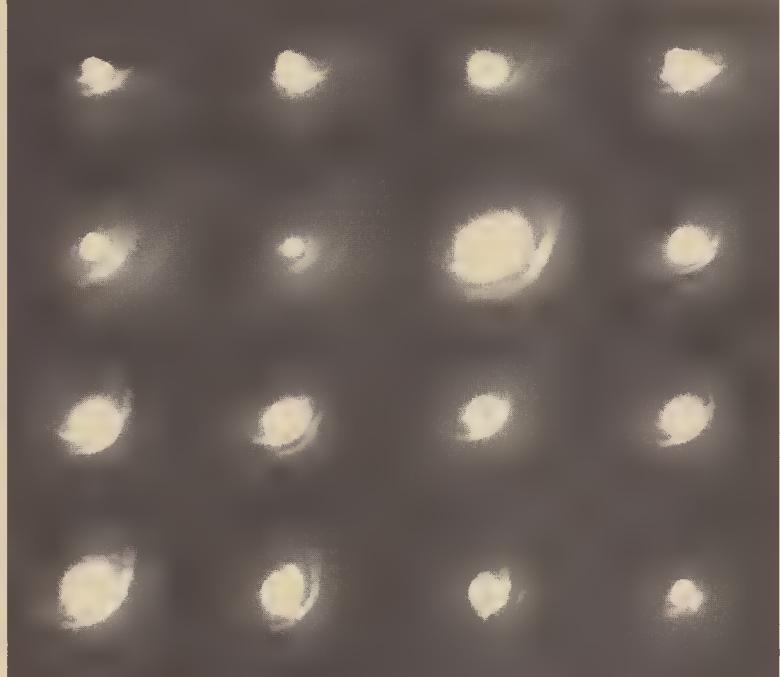
Se viera o cometa por coroas,
Como presume muita gente tonta.
Não lhe ficará clérigo nem frade.

Mas ele vem buscar certas pessoas:
Os que roubam o mundo com a vergolha,
E os que à justiça faltam, e à verdade.
O outro cometa, de 1689, é o que inspirou alguns dos mais belos versos do nosso poeta satírico. Dentre eles, os seguintes:
"Que ande o mundo como anda,
E que ao som do seu desvelo
Uns bailam ao saltarel,
E outros à sarabanda:
E que estando tudo à banda
Sendo eu um pobre poeta,
Que nestas coisas me meta
Sem ter licença de Apolo:
Será; porém se sou tolo,
Efeitos são do cometa."

O cometa de 1689, invisível na Europa, foi descoberto em 1º de dezembro, durante a viagem marítima que o padre jesuíta Richaud empreendeu do Pará, no Brasil, a Pondichéry, na Índia. Richaud registrou-o até 8 de dezembro. Em 9 de dezembro, os padres jesuítas Beze e Comille, em Málaca, também registraram seu aparecimento. Suas observações, publicadas nos Anais da Academia de Ciência de Paris, relatam que o núcleo do cometa possuía um brilho equivalente ao de uma estrela de terceira a quarta magnitude e uma cauda muito curva de mais de 68º de extensão. Os últimos registros desse cometa, em 24 de dezembro, são obtidos por Struyck nos diários dos navegantes que viajavam em navios holandeses.

Na literatura astronômica internacional é desconheci-

Nasa Photo Gallery / Internet



da sua observação na Bahia, registrada nos belos versos de Gregório e, o que é mais incrível: a valiosa notícia, talvez uma das mais completas que existe sobre este cometa no Brasil. Trata-se do Discurso astronômico sobre o estupendo e fatal cometa ou núncio pela Divina Providência enviado aos mortais, o qual foi visto a primeira vez a 6 de dezembro do ano 1689, ao romper da aurora, neste nosso horizonte oriental de Pernambuco, na altura austral de oito graus no signo de Escorpião.

Desse escrito existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Coleção Pombalina (Códice ms nº 484, de fl. 170 a 177v). Existe também uma referência no catálogo impresso dos manuscritos da Biblioteca Eborense, em Portugal. Uma reprodução desse documento de grande valor astronômico foi reproduzido em 1911, na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Apesar do fundo astrológico, é possível, pela sua descrição, reconstruir com precisão toda a trajetória do cometa no período de 6 a 23 de dezembro, quando o cometa desapareceu nas constelações do Escorpião, Lobo, Centauro.

Quem disse que a esquerda não tem projeto?



Novo projeto gráfico
do jornal **Adverso**.
Bonito de ver, bom de ler.



XVII CONGRESSO DO ANDES

Seria apenas mais um encontro de professores

universitários ocorrido em clima de disputa eleitoral. Mas o XVII Congresso do Andes/SN, realizado de 6 a 11 de fevereiro, foi além e não será esquecido. Basta dizer que a plenária de encerramento durou 20 horas. Neste tempo, o governo baixou o Programa de Incentivo à Docência (PID). Os delegados votaram pelo estado de greve, e, pela primeira vez, a oposição lançou uma chapa única à Presidência do sindicato.

Márcia Camarano

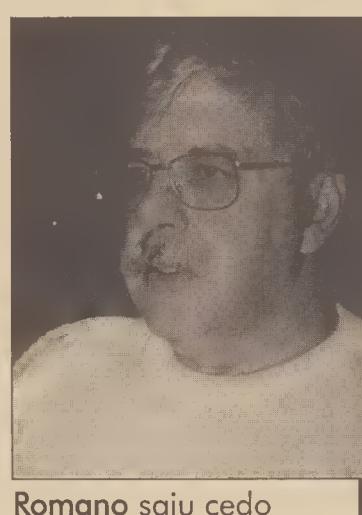
Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em Porto Alegre. Durante seis dias, cerca de 300 professores universitários debateram-se como naufragos, tentando salvar a universidade pública, que se afoga num mar de problemas. Em meio às discussões sobre conjuntura, falta de reajuste salarial, sucateamento e política de incentivos, resumidos no slogan "Universidade! Nada mais a perder, todo um mundo a ganhar", os delegados receberam a notícia de que o Governo Federal acabara de lançar uma Medida Provisória criando o Programa de Incentivo à Docência. O que o Palácio do Planalto chamou de "incentivo", foi recebido como provocação pelo movimento.

Considerada um presente de grego, a novidade paralisou a programação e, por mais de cinco horas, a MP sofreu ataques dos docentes, culminando com uma moção de repúdio contra o projeto governamental, considerado por eles "uma falácia". O Congresso do Andes rejeitou o Programa, declarou-se em estado de greve e ainda decidiu submeter à categoria um indicativo de greve que estará sendo apreciado em março. Mas isso era só o começo da noite de quarta-feira, quando ocorreu a plenária de encerramento.

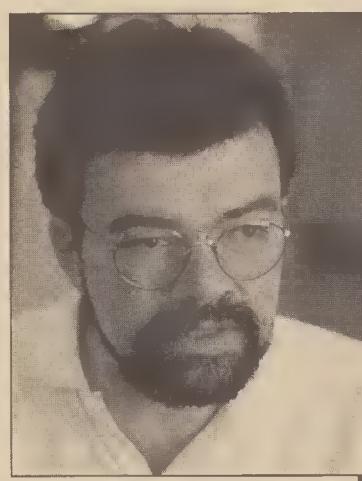
Pelo que se pôde notar, a crítica ao Programa foi um dos raros momentos em que os participantes comungaram a mesma opinião. Porque, tão logo foram abertos os debates, estava traçada uma linha divisória entre os partidários da diretoria do Andes e a oposição. Esse divisor de águas marcou o congresso do início ao fim e embalou uma disputa que só promete parar em maio, mês da eleição para a Presidência da entidade.

E é bem provável que, se não fosse a provocação do governo com sua Medida Provisória e a disputa eleitoral aberta, os seis dias de congresso, repletos de discursos laudatórios "contra o governo neoliberal de FHC", seriam longos demais para suportar. O formato do encontro, dividido em grupos mistos e plenárias, que entravam à madrugada, foi difícil de ser acompanhado por delegados de base e acabou sofrendo pesadas críticas.

Renato Dagnino, professor da Unicamp, distribuiu um documento intitulado "Impressões Sobre o Congresso" e confessou ter se decepcionado com o que viu. "A maioria dos professores está desmotivada e o Andes não teve capacidade para mobilizá-los em relação a uma universidade pressionada pelo avanço do projeto neoliberal". Para ele, os delegados, em seus grupos, não refletiram o tom incisivo das propostas de atuação defendidas pelo movimento docente. Dagnino participou até o final, mas o mesmo não aconteceu com seu colega de universidade, o filósofo



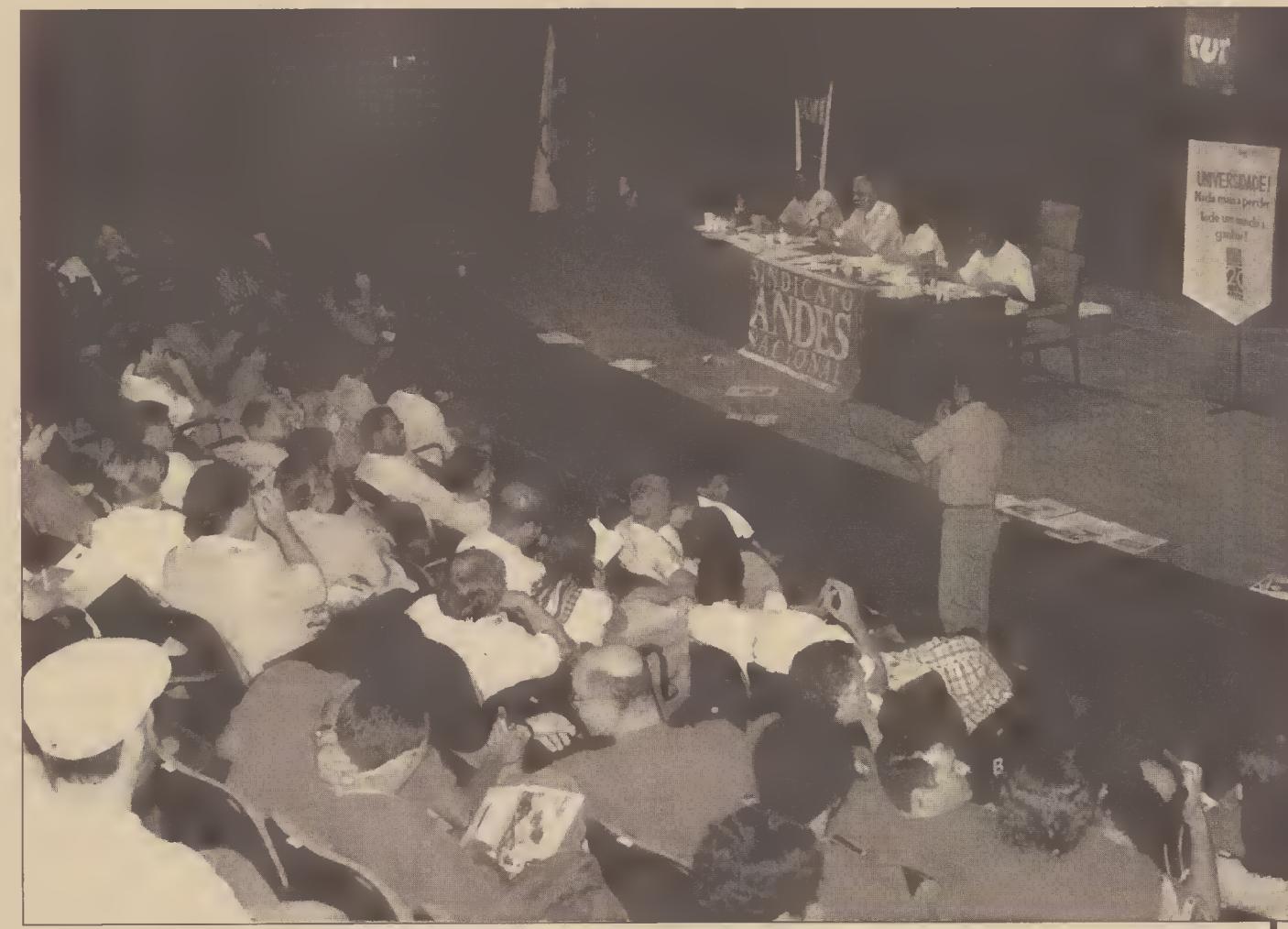
Romano saiu cedo



Oliveira vê distorção

Estado de greve contra um presente de grego

Fotos Fabricia Osanai



União da oposição com a situação só ocorreu no ataque ao PID na plenária que durou 20 horas



Propostas defendidas pelo movimento docente não se refletiram nas discussões de grupos mistos

Produção de jornal vira briga de bastidores

Divergências na condução de políticas cria divisão na cúpula do movimento

A disputa em congresso entre situação e oposição gerou uma situação constrangedora. Durante o evento, a assessoria de imprensa da Adufrgs, em conjunto com a Comunicação Social do Andes, tinha programado a veiculação de um jornal diário cobrindo todos os fatos do congresso. O veículo foi batizado de "ComunicAndes" e contou com pouco trabalho e muita interferência. Dizendo-se posteriormente alijada do processo de confecção do jornal, jornalistas ligados à Diretoria do Andes trataram de acompanhar de perto a confecção do jornal. Nunca houve entrosamento e o resultado foi a divisão do ComunicAndes, gerando o ComunicAdufrgs, e acusações dos dois lados.

Renato de Oliveira acusa a atual Diretoria da entidade de ter perdido o referencial da ação política concreta, perdendo tempo discutindo sempre as mesmas coisas em reuniões do Conad e, depois, no Congresso. "Precisamos diminuir o número de encontros nacionais, torná-los mais ágeis, que discutam diretrizes gerais". Mais um assunto para o próximo Congresso.

Roberto Romano, que foi embora no terceiro dia do evento. "Fui lá para falar da Frente em Defesa da Ciência e Tecnologia. Houve interesse, mas achei desgastante esses seis dias. Não pude ficar mais porque tinha compromissos em São Paulo", conta Romano.

O diretor do Andes/SN, Lafaiete Neves, considera que a quantidade de assuntos a serem discutidos era o pior inimigo dos delegados. "A pauta é extensa, é impossível uma redução. Agora mesmo, com essa Medida Provisória do Governo, nós deslocamos muito tempo para discutir isso e nós ainda participamos de uma manifestação no Centro de Porto Alegre. Só nesses dois itens perdemos um dia".

Mas o presidente da Adufrgs, o sociólogo Renato de Oliveira, nome da oposição à Diretoria do Andes, discorda que o tempo seja bem aproveitado. Para ele, a forma de organização do Congresso precisa ser revista em aspectos básicos, como no conteúdo das discussões, onde o enfoque político foi esvaziado em favor de debates e deliberações pontuais. "A plenária deliberou sobre planos de luta que vão desde fortalecer alianças com os demais trabalhadores até aprofundar contatos com estudantes. Coisas pequenas, que não implicariam em discussões", contesta.

Mas, para ele, pior do que tudo isso, é o modelo, que se revela antidemocrático. "Não tem como exigir de um delegado que ele se manteria sentado das 9h às 6h30min da manhã do dia seguinte, com apenas dois intervalos de hora e meia. Isso é achar que todos são militantes como não havia se quer no partido Bolchevique. A plenária fica esvaziada e isso é que é irracional e antidemocrático".

As divergências entre os dois lados da diretoria do Andes afetaram a ilustração que a charge gerou. Quando eu vi aqueles professores no protesto da Esquina Democrática, embaixo de guarda-chuva, perguntando uns aos outros quem seria o triunvirato da situação, achei que aquele era o tema".

Assim como o editorial de um jornal, a charge é uma função jornalística em que o autor tem o direito de opinião. Gilmar afirma que esse seu direito não foi respeitado. "A charge foi retirada da sala sem minha permissão". Fraga diz que não sabe onde está seu trabalho. Sandra diz que tem as provas da adulteração. Portanto, é fácil saber onde a charge foi parar.

Segundo Mariani e Fraga, a charge não estava pronta quando as jornalistas a viram pois faltava a inserção da fala dos personagens no trabalho. Os dois profissionais acusam Sandra de atuar como censora, dizendo o que podia e o que não podia entrar, sem ter colocado a mão no trabalho. "Não estava lá para censurar. Sempre estive na luta pela liberdade democrática, aí vem alguém e me acusa". Sandra diz que ela e sua colega foram hostilizadas, mas que agora prefere esquecer.

Quem não esquece é Fraga, colaborador do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, e autor da charge que gerou a polêmica. "Havia



Charge foi pivô de críticas de ambos os lados

universidade está articulada com outros setores da sociedade. Para ele, a perspectiva da oposição é outra. A atual presidente da entidade, Maria Cristina Moraes, dá o tom da política desenvolvida no Congresso e que, em última análise, permeia o pensamento da situação: "A gente não só diz não à política de Fernando Henrique, mas tem todo um projeto a ser construído".

Segundo ela, "o governo continua exercendo seu lado autoritário e prepotente, sem reconhecer a autonomia da universidade e de entidades como o Andes e a Fasubra". Maria Cristina diz que a diretoria do Andes tentou, por diversas vezes, audiência com o Ministério da Educação para discutir salários e um projeto para a universidade. Conseguiram chegar ao gabinete do secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta Neves e foram ouvidos por ele, que se comprometeu a ajudar porém, até agora, nada.

XVII CONGRESSO DO ANDES

Uma nova bomba cai nas Universidades

Programa de Incentivo à Docência gera fortes reações ao deixar sem incentivos boa parte dos professores

Márcia Camarano

Enquanto os professores estavam reunidos no Congresso de Porto Alegre, o governo federal lançou um míssil que atingiu em cheio os ânimos dos participantes: o Programa de Incentivo à Docência (PID) nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que está para ser regulamentado em poucos dias. Conforme o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), este pacote de incentivos surgiu em virtude de que hoje existem pouquíssimos estímulos que promovam a dedicação dos docentes à melhoria da qualidade acadêmica.

Pelo texto do Programa, o objetivo é estimular e valorizar o envolvimento dos docentes mais qualificados com o ensino de graduação. Está destinado ao quadro efetivo com título de doutor (60%), mestre (50%) e especialistas (30%). As bolsas serão concedidas por dois anos. Bolsas do tipo A (doutores) valem R\$ 1.100,00; tipo B (mestres), R\$ 750,00 e tipo C (especialistas), R\$ 400,00 mensais. Assim mesmo, como se fosse qualidade de leite. Uma comissão designada pelas reitorias é que deve nominar as bolsas.

Na opinião dos professores – exposta na Carta de Porto Alegre –, o PID, baixado por meio de mais uma Medida Provisória do governo federal, entre outras distorções, "pretende eximir o governo FHC da responsabilidade pelo achatamento salarial imputado aos professores das Ifes, recusando-se a estabelecer uma política salarial, numa clara tentativa de desmobilização da luta em torno das reivindicações".

A presidente do Andes, Maria Cristina Morais, destaca que a única atitude a ser tomada pelos presentes ao congresso era justamente rejeitar o PID e se colocar em posição de combate contra ele. "Nossa proposta é de boicotar essa falácia", defende. Segundo ela, o governo tenta burlar a discussão sobre a falta de reajuste salarial há mais de três anos, empurrando uma concessão de bolsas que vai atingir alguns poucos. "É só para doutor especialista e quem estiver em sala de aula. Quer dizer: é uma proposta pô-de-giz. Educação não se mede dessa forma. E onde ficam os aposentados nessa questão toda?", pergunta.

O representante do Departamento de Política de Ensino Superior do MEC, Eduardo Machado, argumenta que o projeto visa a aumentar a quantidade de professores especializados em sala de aula. "A exigência é que cada professor contemplado com essa bolsa fique 10 horas em classe sendo, no mínimo, seis em cursos de graduação". Segundo ele, "a bolsa não foi pensada para resolver problemas salariais. Esse problema existe e é real, mas não resolvê-lo também não impede que se faça uma política de incentivo".

O presidente da Adufres, Renato de Oliveira, critica o fato de o MEC não ter discutido o projeto com ninguém. O professor diz que o Programa é condenável porque fere o princípio da isonomia salarial da carreira docente: professores com a mesma titulação e mesma carga horária em sala de aula terão remunerações diferenciadas, porque não haverá bolsa para todos. Diz que também exclui quem exerce função administrativa privativa de docentes e estabelece uma injustificável hierarquia de incentivos aos vários graus de ensino, excluindo professores de Primeiro e Segundo Graus, além de professores dos Centros Federais de Educação Tecnológica.

Ele qualifica o PID como inaceitável, ainda que seja estímulo salarial, "pois o programa é cínico ao excluir 40% dos doutores, 50% dos mestres, 70% dos especialistas e 100% dos graduados, sem falar nos aposentados". Oliveira afirma ainda que não há qualquer indício de que o ensino nas Ifes seja prejudicado pelo envolvimento dos professores

res titulados em atividade de pesquisa e graduação.

Preocupada com a novidade, a reitora da UFRGS, Warena Panizzi, promoveu um encontro no dia 18 de fevereiro com os reitores das federais de Rio Grande, Pelotas e Santa Maria. Eles fizeram uma avaliação e tiraram propostas que serão levadas por Panizzi ao encontro com os reitores das 52 instituições federais brasileiras, dias 6 e 7 de março, em Belo Horizonte.

"Fomos todos tomados de surpresa", disse o reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Paulo Sarquis, lembrando que o Programa é lançado num período eleitoral e o governo age com a mídia, o que é muito delicado. Inguelore Scheunemann de Souza, da federal de Pelotas, diz que vê, num primeiro momento, apenas como um incentivo à qualificação, e que não se configura em aumento salarial. "Mas nós continuamos precisando de aumento de salários", completou Sarquis. Carlos Garcia, de Rio Grande, pondera que a idéia de incentivar um doutor a atuar na graduação é salutar, "mas o que está sendo feito é outra coisa: o programa está sendo inserido num momento de grande pressão salarial e isso causa uma grande insatisfação".

Panizzi sustenta que, numa avaliação preliminar, mais de 50% dos professores ficariam fora do projeto. "Numa rápida olhada, dá para perceber quais os departamen-

tos que sofrerão maiores problemas. São várias questões que podem levar a tensões internas, com alguma disputa", desabafou. Segundo ela, os indicativos do programa são muito acanhados para as expectativas da Universidade.

"Esses mais de 50% ficarão de fora não porque não tenham titulação ou não cumpram carga horária, mas porque os índices são muito rígidos", ela diz.

Ela acha que a universidade só pode fazer uma efetiva graduação se continuar dando atenção à pós-graduação, através de seus diferentes programas, e atenção especial também à extensão e à pesquisa. "É o que forma um bom profissional e produz um bom conhecimento. É falsa a idéia de que alguns professores só fazem pesquisa ou só dão aula na pós", argumenta. Na Ufrgs, 44% dos professores são doutores, 34% são mestres 13% são graduados e 9% são especialistas. Total: 2.111.

"Já de cara, esses números mostrariam que 283 ficariam fora. São os graduados, que não estão contemplados", completa. "A verdade é que o programa atingirá um número muito pequeno de professores, porque a sua proposta de atendimento não atinge a todos. Sobrarão professores em condições de participar do programa, fora os que ficariam naturalmente excluídos. Só isso mostra que já começam a se estabelecer divisões internas no corpo docente".



Na plenária final, os delegados do Congresso votaram pelo estado de greve

Carta aponta que mercado orienta ação do governo para a educação

No meio de todas as brigas de bastidores, os professores que conseguiram vencer o cansaço das quilométricas plenárias aprovaram a Carta de Porto Alegre, um manifesto onde se posicionam sobre a conjuntura e apontam as ações para 1998. "No quadro de destruição sistemática dos aparelhos do Estado, voltados à consecução de políticas públicas a serviço de todos os cidadãos, o governo busca aniquilar a educação brasileira, atrelando-se às exigências do mercado. Nesta perspectiva, atua destrutivamente sobre a universidade pública, investindo contra sua autonomia, asfixiando-a via cortes de verbas, redução do quadro de carreira, suprimindo vagas de docentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), reduzindo os investimentos em Ciência e Tecnologia a níveis inexpressivos, aviltando o conjunto da classe trabalhadora e comprometendo a soberania nacional".

O documento mostra que todo o processo de sucateamento vai ao encontro da educação privada. No texto, os professores afirmam que "ao tratar a educação superior pública e gratuita, o governo abdica de suas precíprias funções e legaliza as empresas educacionais, regidas pelas leis do comércio, ao ignorar que a educação privada é uma concessão social e como tal a ser submetida ao controle e à fiscalização do conjunto da sociedade". Outro trecho afirma que "os docentes rechaçam essa política privatista e de aviltamento do ensino superior público e gratuito, com propostas de aparência inovadora como o Provão e o Programa de Incentivo à Docência nas Ifes, denunciando seu caráter mistificador, que objetiva a destruição da universidade pública".

Francis Campos Bordas / Consultor jurídico da Adufrgs

Atividade insalubre pode render ação

Os servidores públicos federais regidos pela CLT, anteriormente ao Regime Jurídico Único (Dez/90) e que estavam submetidos a condições especiais de trabalho (periculosidade, risco-x e insalubridade), podem requerer judicialmente a "conversão" deste tempo de serviço, de acordo com as regras do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Essas ações permitem a utilização de fatores de conversão que são multiplicados pelo tempo já trabalhado para que se complete o tempo necessário à aposentadoria.

Por exemplo: ao servidor que durante 10 anos exerceu atividade insalubre aplica-se o fator de conversão de 1,2 (um inteiro e dois décimos), tendo-se, para os fins de aposentadoria, o total de 12 anos de trabalho, que é o chamado "tempo ficto".

Para a obtenção da Certidão de Tempo de Serviço, indicando o tempo de atividade insalubre ou perigosa já devidamente convertido, o servidor deve inicialmente requerer sua expedição junto ao INSS, como também a averbação deste tempo junto à Ufrgs.

O INSS tem reiteradamente se negado a fornecer a certidão, bem como a Ufrgs se opõe à averbação pretendida, sob o pretexto de que a legislação não contemple o pedido. Contudo, para viabilizar o ajuizamento da ação judicial é necessário demonstrar a negativa por parte destes órgãos.

Percorrida esta etapa administrativa, em posse de tais documentos, poderá ser ajuizada ação judicial contra o INSS e a Ufrgs para que dêem cumprimento à legislação que manda converter o tempo de trabalho prestado em condições especiais.

"Ao servidor em atividade, a ação igualmente interessa, sobretudo em função das iminentes reformas previdenciária e administrativa"

No caso de servidor que já estiver aposentado, o tempo

convertido obtido pode ser transformado em indenização ou, conforme a modalidade da aposentadoria, poderá gerar inclusive aumento dos proventos ou acréscimo de vantagens que foram retiradas por Medidas Provisórias.

Partindo do entendimento já consolidado no Supremo Tribunal Federal de que a aposentadoria se rege pela lei vigente à época em que completado o tempo necessário poderá, conforme o caso, haver até inclusão de vantagens. É o caso, por exemplo, do servidor que

se aposenta com proventos integrais e que não pode contar com a vantagem do art. 192 do RJU. Essa vantagem permitia o acréscimo da aposentadoria com a diferença da remuneração da classe superior (o "Professor Adjunto 4" tinha seus proventos acrescidos da diferença de "Professor Titular") ou, se na última classe, da classe imediatamente anterior.

Ocorre que essa vantagem deixou de existir em setembro de 1996. Se com o tempo convertido o servidor demonstrar que já tinha tempo necessário para se aposentar em setembro de 96, poderá pleitear a inclusão desta vantagem em seus proventos.

Ao servidor em atividade, a ação igualmente interessa, sobretudo em função das iminentes reformas previdenciária e administrativa.

Por fim, visando agilizar as respostas do INSS e da Ufrgs sugerimos, ao lado, um modelo padrão de requerimento para cada um dos órgãos. Juntamente com o requerimento, deverão ser apre-

sentadas cópias dos documentos comprovando o trabalho em condições insalubres (anotações em carteira de trabalho, recibos de pagamento, etc).

Os servidores que não perceberam o pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade mas que estavam submetidos a agentes insalubres deverão requerer junto à Ufrgs o preenchimento do formulário "SB-40" do INSS, no qual são descritas pelo empregador as condições de trabalho e o período.

Por fim, na posse dos documentos em questão, os interessados deverão manter contato com a assessoria jurídica da Adufrgs.

ILMO(A). SR(A). CHEFE DO POSTO DO INSS

Porto Alegre, RS, fevereiro de 1998.

_____, servidor público federal, vem requerer perante Vossa Senhoria, para os legais e devidos fins, seja expedida Certidão de Tempo de Serviço na forma convertida, relativa ao tempo de trabalho prestado sob o regime da CLT e em condições especiais previstas no RGPS, conforme documentação em anexo.

É o que requer.

(assinatura)

ILMO(A). SR(A). PRÓ-REITOR(A) DE RECURSOS HUMANOS DA UFRGS

Porto Alegre, RS, fevereiro de 1998.

_____, servidor público federal, vem requerer perante Vossa Senhoria, para os legais e devidos fins, seja averbado o Tempo de Serviço na forma convertida, relativa ao tempo de trabalho prestado sob o regime da CLT e em condições especiais previstas no RGPS, conforme documentação anexa.

É o que requer.

(assinatura)

Prestação de Contas Balancete de Dezembro de 97

<u>Ativo:</u>			
<u>Circulante</u>			
Disponibilidades	390,27		
Aplicações Financeiras	959.956,45		
Créditos Diversos	27.455,18	987.801,90	
<u>Permanente</u>		<u>266.458,72</u>	
Total do ativo		1.254.260,62	
<u>Passivo:</u>			
<u>Circulante</u>			2.561,00
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social	616.733,25		
Resultado Acumulado do exercício	634.966,37	1.251.699,62	
Total do passivo		1.254.260,62	
<u>Receitas:</u>	<u>Acum. Anterior</u>	<u>Acum. Atual</u>	<u>Do mês</u>
Associados	475.643,80	522.349,76	46.705,96
Outros (inclusive financeiras)	774.166,02	825.595,24	51.429,22
	1.249.809,82	1.347.945,00	98.135,18
<u>Despesas:</u>			
Com pessoal	143.261,47	163.947,16	20.685,69
Andes (mensalidade CUT + Andes)	117.471,21	119.787,21	2.316,00
Viagens e estadas	87.642,71	90.472,63	2.829,92
Outras (inclusive financeiras)	312.741,97	338.771,63	26.029,66
	661.117,36	712.978,63	51.861,27
<u>Resultado:</u>	Receitas – Despesas	= Acumulado	
	= Do mês		46.273,91

Egon Claus Steinstrasser – Contador Reg. 29583

Prestação de Contas Balancete de Janeiro de 98

<u>Ativo:</u>			
<u>Circulante</u>			
Disponibilidades	15.272,85		
Aplicações Financeiras	963.076,90		
Créditos Diversos	25.899,04	1.004.248,79	
<u>Permanente</u>		<u>268.058,72</u>	
Total do ativo		1.272.307,51	
<u>Passivo:</u>			
<u>Circulante</u>			2.561,00
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social	1.251.699,62		
Resultado Acumulado do exercício	18.046,89	1.269.746,51	
Total do passivo		1.272.307,51	
<u>Receitas:</u>	<u>Acum. Anterior</u>	<u>Acum. Atual</u>	<u>Do mês</u>
Associados	46.617,87	46.717,87	
Outros (inclusive financeiras)	12.644,85	12.644,85	
	59.262,72	59.262,72	
<u>Despesas:</u>			
Com pessoal	12.591,74	20.685,69	
Andes (mensalidade CUT + Andes)	2.312,45	2.312,45	
Viagens e estadas	3.253,65	3.253,65	
Outras (inclusive financeiras)	23.057,99	23.057,99	
	41.215,83	41.215,83	
<u>Resultado:</u>	Receitas – Despesas	= Acumulado	
	= Do mês		18.046,89

Egon Claus Steinstrasser – Contador Reg. 29583

PROSA & POESIA

Diogo Pacheco / maestro e jornalista

O cantador

Ele era realmente um chato. Pra começar, nasceu em pleno carnaval. Seus pais adoravam desfilar nas escolas de samba. Naquele ano, tiveram que passar o carnaval na maternidade ouvindo seu choro. Desde criança odiava mulher feia. Tinha sempre no bolso uma quantidade enorme de biribas. Quando passava uma mulher que achasse feia, não tinha dúvidas. Atirava-lhe a biriba nas costas. Ela virava para trás por causa do barulho e não percebia o estrago. Às vezes, a biriba fazia uma pequena mancha em seu vestido. Era o momento de sua maior diversão.

No quintal de casa ele montou uma vendinha onde tinha tudo: arroz, feijão, batata. Ele adorava o barulho que as pás faziam quando enfiadas nos sacos dos cereais. E toda a família tinha de comprar alguma coisa. Só ele podia vender. Eram dez irmãos, mais tias e visitas, dava para faturar uma boa graninha. Como era o cacaú, ninguém se importava muito mas davam graças a Deus quando ele estava dormindo.

Curioso que, a par de todas essas es-

tripulias, ele tinha umas coisas diferentes da maior parte dos garotos de sua geração. Seu sonho era casar virgem com uma moça também virgem, é claro. Mas era extremamente tímido nesse campo. Devotava grandes e tortuosas paixões mas as garotas nunca ficavam sabendo. Chegava a passar mil vezes diante da casa da menina, esperando que ela aparecesse. Quando isso acontecia, ficava gelado e não tinha coragem de balbuciar nenhuma sílaba. Nem arriscava um olhar para ela. Essa paixão poderia demorar meses sem que ninguém soubesse de nada.

Como ele queria casar virgem, nunca tinha freqüentado um prostíbulo. Ouvia falar, tinha um pouco de nojo. Lá pelos dezoito anos, todos os seus amigos já tinham freqüentado a zona. Ele, nem pensar. Arrumava sempre uma desculpa para não acompanhar os rapazes. Ia com eles ao cinema, ao futebol mas, na zona, jamais.

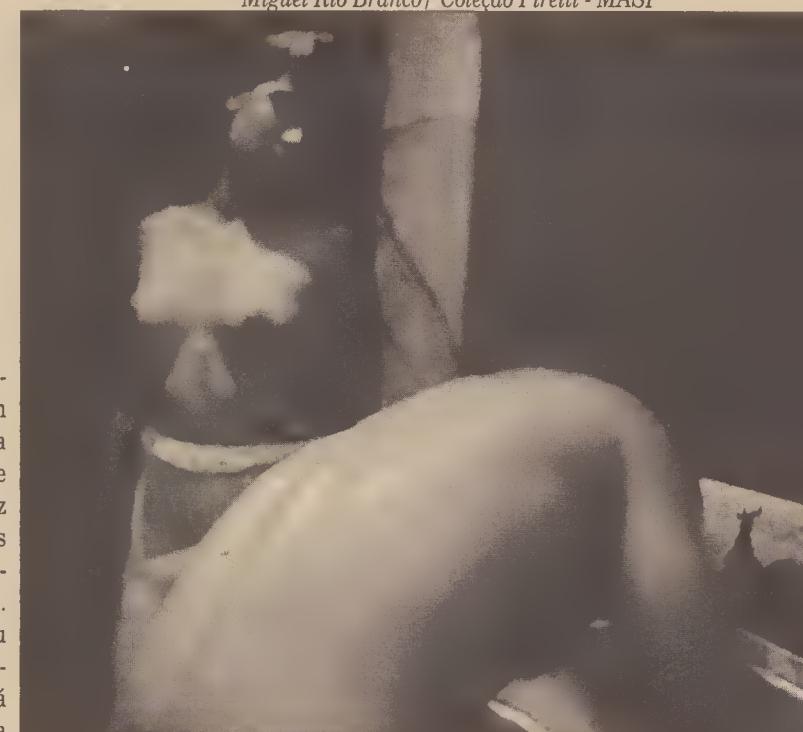
Até que um dia não pode mais recusar. Seus amigos já começavam a desconfiar que ele era maricas (esse era o nome dado às bichas). Foi sozinho. Passeou pelas

ruas, via aquelas mulheres chamando: "Vem cá, cabacinho". Fingia que não era com ele e voltava para casa. Fez isso umas vinte vezes antes de conhecer finalmente uma mulher. Achou horrível. Tentou de novo. Quando conseguiu e achou gostoso, já queria ter a mulher da zona e casar com ela. A idéia de casar virgem com uma mulher também virgem já tinha sumido de sua cabeça. Parece que a experiência sexual perturbou completamente sua cabeça. Virou um tremendo comedor. Loura, morena, mulata, negra, pobre, rica, jovem, velha, bastava ser mulher que não tinha escapatória. Até mulher de amigo ele cantava. E a maior parte das vezes ele conseguia. Desenvolveu uma infálivel sedução. Era raro a mulher que ele não conseguisse seduzir. E se gabava de nunca ter broxado. Era o que se podia chamar de um Kennedy. E nunca era uma vez só. Di-

zia que uma vez tinha conseguido oito ejaculações com a mesma mulher em apenas duas horas.

Até que chegou seu dia. Como ele não escolhia mais com quem ir para cama e tinha certas manias como falar português corretamente, não admitindo erros de concordância, interessou-se por uma mulher mais bonita que letada. Levou-a para cama e no auge do ato sexual ela perguntou: "Onde nós vai depois"? Foi fatal. Conseguiu broxar pela primeira vez.

Texto publicado na revista *Caros Amigos* (Ano 1, número 11, fevereiro de 1998)



Professor Doutor Sírio Lopez Velasco / Secretário da Seccional Rio Grande da SBPC

A ciência e o salário do medo

Recentemente o Governo promulgou, mediante Medida Provisória, o chamado "Programa de Incentivo à Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior". Esse programa estipula que a cada Universidade Federal será concedida uma quota de bolsas com vigência de dois anos e passíveis de prorrogação a juízo do Ministério da Educação, mediante avaliação de desempenho correspondente, no máximo, a 60% do número de docentes com título de Doutor, 50% com título de Mestre e 30% de Especialização. Os candidatos precisam ter contrato de 40 horas ou Dedicação Exclusiva, com pelo menos 10 horas semanais dedicadas à docência, incluindo obrigatoriamente 6 horas semanais no ensino de graduação com efetiva presença em classe, e "atestar perante Comissão de Avaliação em sua área de atuação a ser constituída em cada Universidade, produção intelectual reconhecida e submeter a apreciação, pela mesma Comissão, projeto individual ou em colaboração, de efetivo interesse para a qualificação do ensino de graduação com envolvimento direto de alunos de graduação e pós-graduação". A bolsa será cancelada caso ocorra violação de qualquer um dos critérios antes mencionados. Os candidatos que forem bolsistas de pesquisado CNPq poderão receber somente 75% do valor estipulado para a bolsa. Uma Comissão Especial de alto nível constituída para tal deverá auxiliar cada Reitoria na operacionalização do Programa em cada Universidade.

O que é isso Paulo Renato?

Eis o Programa adotado pelo Governo que há mais de três anos mantém congelado o salário de servidores (professores e técnico-administrativos) das Universidades Federais e que acaba de cortar 50 milhões de Reais das verbas do CNPq destinadas a bolsas de estudantes universitá-

rios e 40 milhões do orçamento da CAPES na mesma área.

O citado Programa contém, no mínimo e para usar um eufemismo, diversos e profundos equívocos.

* Depois de mais de três anos de congelamento salarial, os técnico-administrativos, auxiliares indispensáveis na árdua tarefa de ensino-pesquisa-extensão, desenvolvida na docência universitária, são simplesmente esquecidos na hora de se acenar com eventual melhora dos defasados rendimentos. Tal esquecimento não pode ser interpretado senão como mais uma tentativa de dividir a comunidade universitária para enfraquecê-la na sua incessante luta em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade.

* Considerado só o segmento docente, o citado Programa pretende fazer esquecer a luta pela legítima reposição permanente de perdas de vencimento, via salário, em troca de uma bolsa bianual cuja renovação depende em última e decisória instância do bem-querer discricional do MEC.

* Para piorar ainda mais as coisas, a tal bolsa pretende dividir e opor entre si os docentes pois em cada Universidade só poderão ser contemplados 6 em cada 10 doutores, 1 em cada dois mestres e 3 de cada 10 especialistas, ficando de fora os portadores de diploma de graduação.

* Os absurdos merecem o Oscar quando se verifica que o docente atualmente contemplado com uma bolsa de pesquisa (supõe-se que em reconhecimento à validade do seu empenho científico) será penalizado com a redução de um quarto da eventual bolsa de incentivo à docência, caso venha a ser agraciado com ela ao cabo da luta fraticida com os seus pares.

Quando analisado em detalhes, o tal Programa evidencia inúmeras outras falhas, talvez invisíveis desde os escri-

tórios banhados em ar condicionado dos burocratas brasileiros. Dentre elas, mencionarei apenas duas.

* No presente engendro adota-se o critério de "incentivo docente" das fábricas de lucro que são as Universidades privadas, onde o professor é remunerado pelo número efetivo de horas-aula; belíssimo critério que faz com que tais fábricas de lucro, segundo todas as estimativas, incluindo as do MEC, sejam responsáveis por menos de 10% da pesquisa realizada no país, cabendo o restante às entidades públicas.

* A docência universitária faz com que as horas-aula de cada docente sejam flutuantes de um semestre para outro, e o tal Programa faz com que um professor que pela sua dedicação à pesquisa, à docência na pós-graduação, à extensão, à publicação de trabalhos e à administração universitária não possa, num dado semestre, dedicar-se a atender um mínimo de 6 horas-aulas semanais no graduação, ver-se-á condenado à perda da malfadada bolsa conquistada em briga de foice contra os seus colegas.

Em vez do tal Programa, a Ciência brasileira precisa e exige salários dignos já para todos os servidores (docentes, pesquisadores e técnico-administrativos) das Universidades Públcas e dos Institutos públicos de pesquisa.

Lembrete final

Paulo Renato: En passant e pelas dúvidas (e infelizmente suspeitas dos burocratas de horizonte estreito), esclareço que minha posição reflete as necessidades da ciência brasileira; pessoalmente, estou perfeitamente enquadrado nos parâmetros exigidos para a concessão da mirabolante bolsa que ora condono na defesa de salários dignos para todos os servidores da universidade pública, gratuita e de qualidade.



Léa Masina / Professora de Teoria e Crítica Literária do Instituto de Letras da Ufrgs

Farsa e tragédia em um Concerto Campestre

O que torna *Concerto Campestre* um momento de extraordinária vitalidade, no conjunto notável da ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil, é a transfiguração de duas vertentes, ambas presentes desde seus primeiros textos. A primeira é a vertente crítica, que promana do desejo de revisar a História, com notado influxo social. Documentam essa tendência os diários de Gaspar de Fróes, em *Um quarto de légua em quadro*, a consciência angustiada de Filhinho de Paiva, em *A prole do corvo*, a geração débil e apática do Coronel Trajano, o patriarca de *Bacia das almas*. Não obstante, a crítica aos cos-

Em *Concerto campestre*, curiosamente, a vertente crítica não se mostra apenas como formulação discursiva, mas como forma de conceber o mundo. Ao invés de seguir apenas a racionalidade mimética da narrativa tradicional, Assis Brasil acolhe, na lógica do texto, mundos simultâneos que alteram as passagens entre o universo mimético e real e a insurgência do sonho, do alegórico e do espectral. A oposição real-imaginário, como captação de matéria ficcional determina, por sua vez, a articulação da novela como forma acabada e redonda, semelhante ao poema, onde cada elemento ocupa um determinado espaço, não podendo ser alterado ou substituído.

Se pela vertente irônica *Concerto Campestre* pune a sociedade e os costumes com a ironia, o pastiche, a paródia, ao mesmo tempo que relata o debater-se inútil das vítimas, fantoches de um mundo decaído, pela segunda vertente, a obra instaura o grotesco como manifestação formal de uma ordem de mundo essencialmente barroca. As antíteses poderosas deslocam-se da forma tradicional e compõem a ordenação do universo novelesco, como se pode ler fartamente através das articulações das personagens e dos demais elementos narrativos. A seleção de episódios, por sua vez, manifestam as oposições desses mundos em que a chuva de sangue é o castigo bíblico: a ordem fura rompida. A fantasmagoria da videira, o caráter sepulcral da tapera onde Clara Vitória será confinada pe-

lo pai, deixam claro tratar-se de texto que trabalha a alegoria barroca.

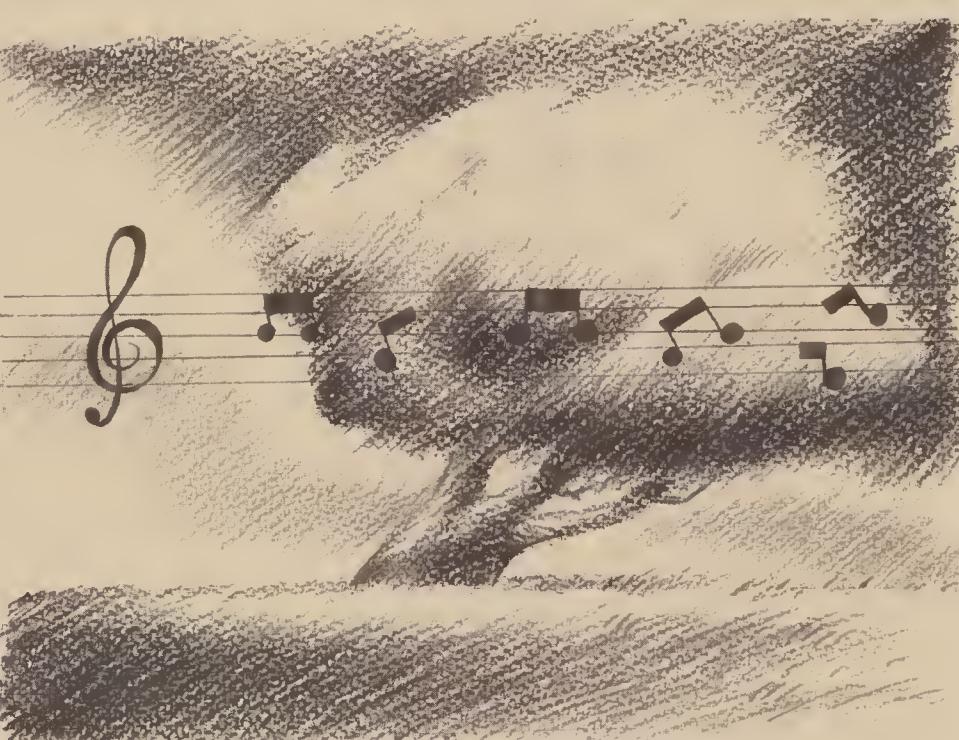
Mais uma vez, chama a atenção o modo hábil como Assis Brasil apresenta suas personagens, sempre justificadas pela ação que realizam. Não obstante, o narrador experiente dos romances anteriores surpreende o crítico ao deformá-las propositadamente, acentuando-lhes os traços definidores. Essa deformação caricaturesca, própria da sátira, transforma os entes humanos

em marionetes rígidas, a moverem-se mecanicamente. A leitura que proponho corresponde, desse modo, ao recorte crítico do grotesco como categoria estética.

Veja-se, porém, que na *Estância de Fontes*, o jogo das distorções grotescas não é gratuito. Pode-se entendê-lo como montagem parodística e, portanto, como paródia de uma literatura edificante que se mostra, no caso, pervertida. E essa é a sua qualidade. O cômico deformante impõe mais a reflexão do que o riso. E se, no início da narrativa, julga-se perceber no aguçamento caricatural das personagens o zelo de um crítico da sociedade, como ensina Káyser, os acontecimentos irão mostrar que o grotesco, como categoria da estética barroca, reside propriamente na mistura de coisas incompatíveis: de um lado, os dramas mais cruéis da vida; de outro, o riso contrafeito das máscaras.

Em *Concerto campestre* o autor ultrapassa a crítica à sociedade: farsa e tragédia, máscara e face não se deixam separar. Não obstante, a máscara deixa a face e isso ocorre quando Clara Vitória e o Maestro encolhem-se diante das circunstâncias, reconhecendo seus limites e sua pequenez. Resistindo ao desespero, separam-se, embora mantendo um amor sem projetos, desejo epifânico de que tudo terminasse bem. A experiência dolorosa do Maestro, no decorrer dos concertos na Estância, fizera-o ver o fosso que separava os dois mundos, o dos pardos e dos pobres e o mundo dos brancos e ricos, cujos códigos ele jamais poderia atingir. Como na commedia dell'arte italiana, a fuga dos amantes para além da sociedade, dos amigos, da lei, de tudo converte-se em fuga do mundo. Os pressentimentos, as súbitas consciências da insânia cometida, a relação conflituosa entre o Vigário, Deus e os escravos, que mais sofriam do que pecavam, confirmam a alegoria dos mundos antagoníticos.

Entretanto, a confusão entre aparência e realidade decorre também da própria concepção dos sentidos e de seus deslocamentos: se ouvir, isso não é com a orelha, é com a alma, e se ouve-se também com os olhos, como dizia o músico Rossini, certamente um alter-ego do escritor, *Concerto campestre* tem de ser lido como um poema. A frase melódica, a harmonia formal recobrem, paradoxalmente, o jogo de distorções grotescas nessa comédia moralizante contra a natureza cruel do homem.



tumes, que leva o romancista a privilegiar vultos insólitos, evoluí gradativamente para expressar-se numa crítica visceral. No universo ficcional de *Concerto campestre*, lê-se que nas sociedades oligárquicas, habitadas por homens divididos em classes, não existe espaço para o amor e a conciliação. E assim, a ironia, de leve esboçada nos primeiros livros, transforma-se em sátira e paródia já nos três romances que compõem a série *O castelo no pampa*.

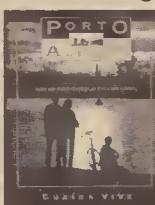
ORELHA

Pétalas de Bronze

João Bolesta. Livro de poesias do primeiro escritor nascido na cidade gaúcha de Camaquã. A obra é uma coletânea de poemas que falam de amor, solidão e temas espirituais. Bolesta também é autor do romance épico "Lágrimas Sangrentas", que se desenrola na Guerra do Paraguai. Edição independente, 90 pp.



Porto Alegre - Guaíba Vive



Publicação da Prefeitura de Porto Alegre. Edição comemorativa aos oito anos do Programa Guaíba Vive. Descreve o andamento do projeto de recuperação do rio. Coordenação de Comunicação Social, 20 pp.

Veterinária Notícias

Revista do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia. Publicação anual de coletânea de artigos científicos sobre Zootecnia e áreas afins. Volume 3, N° 1, 1997, 204 pp.



HEMEROTECA

The world today
Nº 2 - Volume 54
Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Jornal do Comércio
Folha de São Paulo

WWW

Pra lá de Bagdá
www.fas.org/man
Como os EUA preparam a guerra
Oscar 98
www.oscar.com
Página oficial da mais badalada
festa do cinema norte-americano

AD NAUSEAM

Enfim, uma boa notícia em três anos sem aumento...

Toma! Isso tudo é pra vocês
pararem de PIDIr reajuste!



Em busca do Estado prestador de serviço

James Görgen

AD

Adverso — O PPB tem grande força no interior, onde possui dezenas de prefeitos. Em algumas cidades existem alianças com o PDT e outros partidos de esquerda. Se o governador Antônio Britto concorrer à reeleição, o seu partido irá apoiá-lo, pretende lançar candidato próprio ou participará de alguma coligação?

Celso Bernardi — O PPB do Rio Grande do Sul é hoje um grande partido e a cada eleição continua crescendo. Na última, elegeu 142 prefeitos, 142 vice-prefeitos e 1.418 vereadores. Na verdade, o PPB participa de alianças em governos de mais da metade dos municípios gaúchos.

Em alguns municípios, o PPB fez alianças com o PDT e, inclusive, com o PT, em Barra Funda. Essas alianças são debatidas e decididas democraticamente, sem imposições, pelas convenções municipais.

Em relação ao próximo pleito, o partido está estudando estratégias para debater e decidir a forma mais adequada de participar do processo eleitoral. A decisão será tomada pela convenção estadual, instância soberana para deliberar sobre a questão: se candidatura própria ou coligação.

Adverso — Na sua opinião, quais os pontos fortes e fracos de uma candidatura ao Piratini?

Bernardi — A candidatura própria, sem coligação com outros partidos, apresenta pontos fortes e fracos não só ao PPB, mas a qualquer partido. Principalmente em um pleito em que as pesquisas indicam uma certa polarização antes mesmo da largada oficial. Neste sentido, caberá soberanamente à Convenção Estadual avaliar e decidir a questão.

Adverso — Desde 1985, com a saída de João Antônio Dib, o PPB não elege um prefeito em POA. Qual será a estratégia do partido para reverter esta situação e somar mais votos para as eleições estaduais na Capital gaúcha?

Bernardi — O PPB está estruturando o diretório metropolitano. A estratégia consiste na filiação de novos companheiros e na realização de um trabalho de qualificação do quadro partidário, através da doutrinação da militância. Como resultado disso, na eleição passada o PPB aumentou a bancada na Câmara Municipal de Vereadores.

Adverso — Se Paulo Maluf for candidato à Presidência, o PPB gaúcho o apoiará?

Bernardi — A convenção Nacional, realizada em 11 de novembro de 1997, deliberou apoiar a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em junho, o PPB realizará a convenção oficial para essa finalidade (cf. Lei nº 9504/97) que poderá ratificar ou alterar a decisão tomada no ano passado. O Dr. Paulo Maluf é candidato, em campanha, ao governo do estado de São Paulo.

Adverso — Como o senhor avalia o atual governo do Estado?

Bernardi — O governador Antônio Britto, com a participação efetiva do PPB, está fazendo o melhor para o bem do Rio Grande. As reformas estruturais do Estado promovidas pelo atual governo coincidem com os princípios estabelecidos no programa do PPB.

Adverso — Qual deve ser o perfil do futuro governador do Estado?

Bernardi — Entendemos que o perfil do futuro governador deve ter em conta a necessidade de concluir as reformas do Estado. Vencida esta etapa, o Rio Grande deverá privilegiar a retomada do setor primário como vocação básica de nossa economia, além de continuar a busca de melhoria do Estado prestador de serviço. Defendemos que o

Celso Bernardi é o perfeito presidente de partido. Mesmo com seu nome sendo cotado para concorrer ao governo do Estado em uma chapa integrada pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), ele mantém a fleuma de um chefe político que respeita os estatutos e seus correligionários. Na sua visão, dessas duas instâncias depende a decisão final sobre o nome que o PPB apoiará nas eleições que se aproximam. Aliado às idéias do atual governador Antônio Britto, nesta entrevista respondida por escrito, Bernardi afirma que as reformas do Estado foram feitas neste mandato. Chegou a hora de investir em um Estado prestador de serviço nas áreas de educação, saúde, segurança e justiça.

próximo governo, já que o atual promoveu a reforma do Estado, que era um imperativo, deverá voltar-se, prioritariamente, não mais para o Estado empresa, mas para o Estado prestador de serviços em áreas essenciais: educação, saúde, segurança e justiça. Nesse sentido, o primeiro passo deverá ser uma política de valorização dos que prestam serviço nessas áreas, aos profissionais da educação, saúde, segurança e justiça.

Adverso — Qual é o programa do PPB para governar o Rio Grande do Sul? O senhor poderia citar algumas medidas que seriam implementadas durante o mandato?

Bernardi — A linha básica da administração progressista será a busca do crescimento econômico com justiça social.

O programa de governo do PPB apresenta algumas bandeiras que consistem nas seguintes medidas: valorização e respeito à dignidade da pessoa humana, com atenção especial aos menos favorecidos; educação e saúde — com mais investimentos e valorização de seus profissionais; segurança pública — impedindo a crescente falta de respeito à vida e à propriedade, encarando-a de forma abrangente e atacando suas causas; agricultura — defesa e tratamento justo ao setor agropecuário. Queremos fazer um governo de apoio e segurança aos que querem trabalhar na terra; geração de empregos — busca de investimentos e políticas de incentivos. Promover ações voltadas para a qualificação de mão-de-obra; habitação — programa de apoio aos que necessitam de moradia; e o estabelecimento de uma parceria harmônica e responsável entre o governo e servidores públicos, proporcionando serviços eficientes e de boa qualidade à sociedade.

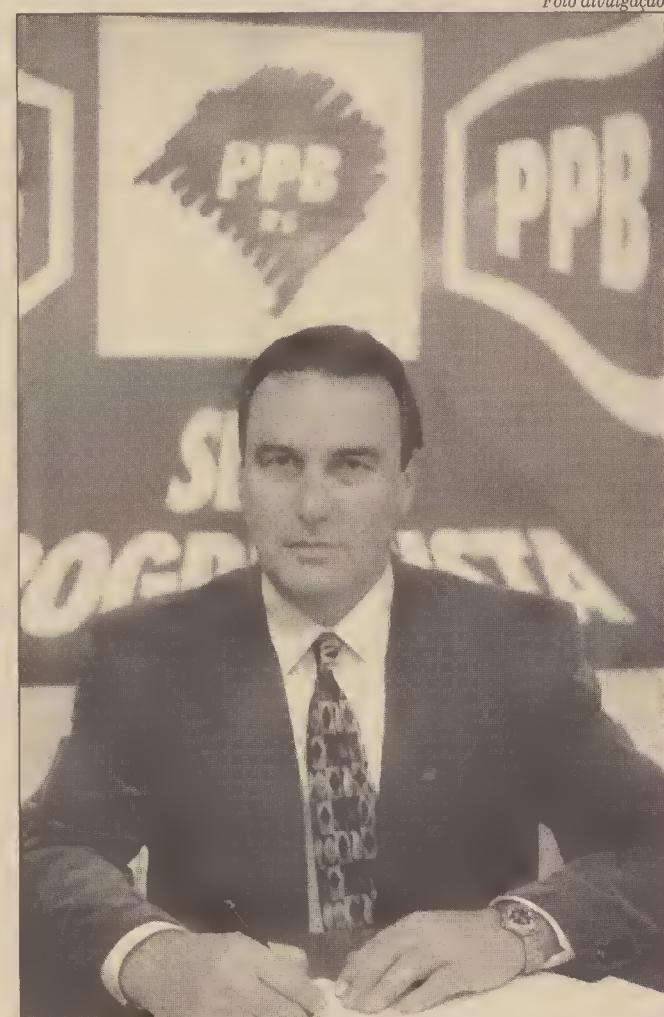
Adverso — Qual é a meta do PPB para a composição da bancada na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional?

Bernardi — A meta do PPB nas eleições de 98 é ampliar as bancadas, tanto na Assembléia Legislativa quanto na Câmara Federal. Pretendemos alcançar um milhão de votos na legenda do PPB.

A atuação da Bancada vai depender do resultado das eleições majoritárias. As posições dos partidos na Democracia é a de exercer com a mesma dignidade as funções de sustentação parlamentar ao Executivo ou de oposição fiscalizando, denunciando e anunciando as alternativas para o bem comum da sociedade.

Adverso — Como vem sendo sua experiência como professor na Ulbra? Que espaço será reservado ao ensino, à pesquisa e à tecnologia em um possível governo do PPB?

Bernardi — Tenho tido uma ótima experiência como professor da disciplina de Teoria Geral do Estado na Ul-



Bernardi: ciência sem subordinação política

bra. É gratificante o contato com a juventude. Ele nos estimula a um processo de reciclagem e atualização permanente.

O Partido Progressista tem em seu programa a ratificação de que ao Estado cabe assegurar o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, tornando universal o acesso ao saber, por intermédio da escola pública; garantia aos estudantes carentes, de ensino gratuito em todos os níveis, seja por meio do estabelecimento de ensino público, seja por intermédio de ensino particular subsidiado, inclusive através de bolsas de estudo, crédito educativo, compra de vagas e outras formas de apoio, inclusive custeio e financiamento.

A sustentação, em clima de liberdade, da ciência, cuja tarefa primordial é a investigação da verdade, o que não se combina com a subordinação aos poderes político e econômico. Apoio à pesquisa, tanto pura como aplicada, reservando-se esta, preferencialmente, às empresas e aquela às instituições de ensino superior, visando diminuir o grau de dependência externa, científica e tecnológica do país.